

Ver demais: o terramoto de 1755 na literatura

*Helena Carvalhão Buescu **

Sábado, primeiro de Novembro, e vigésimo oitavo da Lua, amanheceu o dia sereno, o Sol claro, e o Céu sem nuvem alguma. Durava já esta serenidade por muitos dias do mês de Outubro, sentindo-se maior calor que a estação do Outono prometia. Pouco depois das nove horas e meia da manhã, estando o Barómetro em 27 polegadas, e sete linhas, e o Termómetro de Réaumur em 14 graus acima do gelo, correndo um pequeno vento Nordeste, começou a terra a abalar com pulsação do centro para a superfície, e aumentado o impulso, continuou a tremer formando um balanço para os lados de Norte a Sul, com estrago dos edifícios, que ao segundo minuto de duração começaram a cair, ou a arruinar-se, não podendo os maiores resistir aos veementes movimentos da terra, e à sua continuação. Duraram estes, segundo as mais reguladas opiniões, seis para sete minutos, fazendo neste espaço de tempo dous breves intervalos de remissão este grande Terremoto. Em todo este tempo se ouvia um estrondo subterrâneo a modo de trovão quando soa ao longe [...]. Escureceu-se algum tanto a luz do Sol, sem dúvida pela multidão de vapores, que lançava a terra, cujas sulfúreas exalações perceberam muitos [...]. A poeira, que causou a ruína dos edifícios cobriu o ambiente da Cidade com uma cerração tão forte, que parecia querer sufocar todos os viventes. [...] A estes impulsos da terra se retirou o mar, deixando nas suas margens ver o fundo às suas águas nunca de antes visto, e encapelando-se estas em altíssimos montes, se arrojaram pouco depois sobre todas as povoações marítimas com tanto ímpeto, que parecia quererem

* Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, atuando na área de Literatura Comparada, com especialidade nos séculos XIX e XX. Vários livros publicados, dentre os quais *O Grande Terramoto de Lisboa. Ficar Diferente*. É Membro da Academia Europaea.

submergi-las estendendo os seus limites. Três irrupções maiores, além de outras menores, fez o mar contra a terra, destruindo muitos dos seus edifícios, e levando muitas pessoas envoltas nas suas águas. Que cena lamentável me recorda a memória? Tanto objecto lastimoso me representa a lembrança, que a multidão, a variedade, e a mágoa me embaraça o discurso para a narração.¹

São diversíssimas as reacções, ao Terramoto de 1755, que podemos seguir no quadro quer português quer europeu. Embora aqui tenha naturalmente em conta o contexto mais lato de uma reacção em particular europeia, que aliás enforma e complexifica a reacção portuguesa, é sobretudo em torno desta última que organizarei as minhas reflexões, até porque ela sem dúvida o merece, pelo seu carácter numeroso mas também pelo diversidade de tons (naturalmente lamentosos e frequentemente patéticos) sob que se declina.

Sendo de natureza entre si diversa, todas os textos a que a catástrofe de 1755 deu origem partilham entretanto, naturalmente em maior ou menor grau, alguns elementos comuns que podemos desde já anotar: o reconhecimento da perturbação de uma estabilidade que começa por ser geográfica e arquitectónica, para logo passar a ser simbólica e antropológica; os efeitos sobre a compreensão de um fenómeno que, porque salta várias fronteiras do conhecido, cedo se transforma em paradigma do incompreensível, com os consequentes debates sobre como compatibilizar Deus e a destruição havida; a conformação do medo e do terror como efeito maior do acontecido, como já Goethe notava: “Talvez que o ‘Dämon do medo jamais tenha espalhado tão velozmente e tão poderosamente o seu terror sobre a Terra”². A experiência do Terramoto e do Maremoto de 1755, a experiência de destruição de Lisboa e da inimaginável aniquilação humana que lhe está associada configuram um evento a todos os títulos memorável, correspondendo ao que o conceito de *memória cultural*, como inscrição de um evento traumático na matriz social e simbólica, poderosamente recobre.

O texto que acima transcrevi, retirado de uma das inúmeras obras dedicadas ao Terramoto, o volume de Joaquim José Moreira de Mendonça, *História Universal dos Terramotos*, aponta para uma série desses elementos, que acabam por constituir por vezes quase um lugar-comum. Assinale-se desde já dois desses elementos: a manifestação do que poderemos designar como uma *testemunha ocular* e a consciência de que, por se ter *visto demais*, o discurso fica ‘embaraçado’, e a palavra tolhida. Parece pois haver uma relação contrária e quase paradoxal entre *ver* e *dizer*, porque o que sobra, como excesso, da primeira, é o reverso do que falta à segunda. E, entretanto, todas as narrações feitas endereçam essa dificuldade de dizer, resolvendo-a, como no caso presente de Moreira de Mendonça, pelo lado de uma apresentação exaustiva da história e dos sucessos dos terramotos, em particular o de Lisboa; ou pela escolha de um tom patético e exclamativo, que grande parte da poesia dedicada ao tema, de João Xavier de Matos ao Abade de Jazente e a Domingos dos Reis Quita ou Francisco Pina e Melo, optará por desenvolver.

Ser *testemunha ocular* é, com efeito, uma das posições privilegiadas para assegurar a legitimidade daquilo que se consegue narrar. As implicações desta situação são várias. Por um lado, trata-se de dar conta de uma presença que é garante de um saber: quem conta esteve *lá*, e o carácter de atestação da experiência permitir-lhe-á assegurar quem lê da veracidade incontornável do que conta. Por outro lado, esta dimensão é tanto mais importante, mesmo necessária, quanto se sabe também que se fala de um evento *extraordinário*, cujo carácter fora-do-comum poderia remeter para o território do ficcionado: ora, trata-se de assegurar que a realidade ultrapassa, em poucos mas não menos violentos casos, o que se entendia ser apenas do domínio da imaginação, ou mesmo do mito (as analogias várias do Terramoto com a submersão da Atlântida, narrada por Platão, dão precisamente conta deste aspecto, bem como as analogias com cidades bíblicas como Sodoma, Nínive, Babilónia). Por último, ser *testemunha ocular* também aponta para um outro, e a meu ver não menos significativo, elemento, cujas raízes podemos encontrar aliás no *Livro de Job* na Bíblia: toda a

destruição tem de conseguir preservar alguém que, tendo visto, possa vir a contar, porque sem isso nenhum futuro guardará memória (e por isso saber) do passado. Isto significa que toda a catástrofe nunca poderá ser completa, caso em que seria o terreno da própria humanidade que se encontraria ameaçado. *Poder contar uma história* surge, então, como fundação do território do homem enquanto ser histórico, cultural, político e até simbólico.

É por isso que em muitos dos relatos encontramos a consciência de que é preciso contar para que as gerações futuras (que também somos nós) possam viver sabendo-o, e construir a sua vida com essa sabedoria, preservada pela memória:

O dia primeiro do corrente ficará memorável a todos os séculos pelos terremotos, e incêndios que aruinarão uma grande parte desta Cidade [...],

refere a *Gazeta de Lisboa*³, periódico que curiosamente não interrompe a sua publicação por causa do Terramoto, constituindo-se em excepcional órgão de informação e também redução do *pathos* associado a todas as narrativas de catástrofe. Ao longo dos meses que se seguem, a *Gazeta* amontoará as notícias que de todo o lado lhe chegam sobre o Terramoto – do estrangeiro mas naturalmente com maior destaque de Portugal. Sucodem-se as notícias e descrições (por vezes com abundância de pormenores e notações), vindas de vários pontos do país, sobre o Terramoto e seus efeitos. Castelo de Vide, Alenquer, Linhares, Gouveia, Mafra, Ericeira, as ilhas da Madeira e dos Açores, Tibães, Guimarães – de todos os lados convergem para a *Gazeta* relatos sobre sinais, sintomas e consequências: as águas dos rios vermelhas e sulfurosas, os lagos que estranhamente crescem e diminuem, a poeira que fez empalidecer o Sol, os rochedos submersos que repentinamente ficam à vista, as águas do Oceano que incham e desincham ou ainda o súbito surgimento de cometas atravessando a noite; e depois as notícias de que desde Tânger ou Marzagão até à América, passando por França, Inglaterra, Alemanha ou Noruega, o Terramoto por todo o lado se fez sentir. Fazem-se listas dos edifícios

arruinados, desfeitos ou atingidos; narram-se pequenos episódios, como o de os Padres que fogem ainda paramentados das Igrejas onde diziam missa; dá-se conta das primeiras reacções do estrangeiro, como a do rei inglês, que imediatamente disponibiliza uma soma privada para acudir aos mais necessitados; ou anota-se “a consternação e o abatimento” com que as notícias sobre o Terramoto foram recebidas em Hamburgo; recorda-se, a propósito do corrido na praça africana de Marzagão, que “o Alcaide mor desta praça, que o Mar arrebatou, e levou consigo, também depois do mesmo tempo o tornou a meter vivo dentro da Praça por um postigo. Administraram-lhe logo os Sacramentos, mas dentro em oito dias, depois de haver vomitado areia, búzios, conchinhas, e algum sangue pisado, convalesceu por mercê de Deus”⁴.

“Ver para crer” parece assim constituir uma posição implícita em muitos dos relatos, o que serve naturalmente quer para garantir a qualidade verídica do que é narrado, e assim legitimar o narrador, quer ainda também para atribuir a este uma qualidade de *sobrevivente* que poucos poderiam gabar-se de ter tido. Mais ainda, houve aqueles que sobreviveram e houve os que contaram. Mas poucos terão sido os que puderam conjugar as duas experiências, a de presenciar e a de contar: e essa convergência transforma quem conta num ser quase único:

Farei, que de temor fique sentindo
 Sustos o coração mais obstinado,
 O espectáculo mais horrendo ouvindo,
 Que até agora os humanos têm chorado.
 Quanto, ó mortais, vos ponho aqui patente,
 Não é informação da vaga gente:
 Nem notícia também da antiga História,
 Escrita para assombro da memória:
 Eu no perigo ainda me suponho
 Do lamentável caso, que proponho,
 Do susto macilentos os semblantes,
 Os juízos incertos, vacilantes;
 Inda os quebrados olhos rasos de água
 Mostram a dor de tão terrível mágoa.⁵

É claro que os ecos camonianos do “ver claramente visto” se fazem também aqui sentir, nestes versos de Reis Quita, associados ao carácter presencial e histórico daquilo que vai ser contado. Desse ponto de vista, seria interessante considerar a forma como estes relatos de catástrofe se pensam como possíveis contrapontos da epopeia camoniana d’*Os Lusíadas*, respondendo ao carácter construtivo e edificador desta com a narração da destruição e da ruína do Terramoto. Porque julgo que não será difícil reconhecer neste textos de Reis Quita, como no texto do Abade de Jazente “Ao Terremoto do primeiro de Novembro de 1755. Romance Fúnebre”, ou ainda nos de João Xavier de Matos (“Romance Heróico ao Terremoto do primeiro de Novembro de 1755”) e Pina e Melo (“Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755. Parenesis”), quer a presença do decassílabo que o próprio Xavier de Matos designa como “heróico” quer um conjunto de imagens que assimilam a lição épica de Camões para sobre ela elaborarem uma forma de destruição e vanidade. Assim, a testemunha ocular que aqui é convocada é também um Poeta que para si reclama um lugar especial: vários terão sido os que viram, os que viveram; mas poucos os que souberam transformar a experiência vivida em palavra dita, transmitindo-a aos outros.

Esta dimensão presencial e ocular dos relatos arrasta consigo outros dois elementos: em primeiro lugar, a visualidade associável a todos os relatos feitos do Terramoto, e a irresistível atracção pela abundância de pormenores, casos e episódios com ele relacionáveis. Em segundo lugar, o carácter espectacular legível nas narrações feitas, privilegiando-se uma visão cenografada de um espectáculo patético que, em muitos casos, se aproxima daquela forma específica de representação teatral que conhecemos sob o nome de melodrama⁶.

Começamos pela primeira das questões enunciadas. A dimensão visual das narrativas associadas ao Terramoto é, naturalmente, uma sua característica-chave. Trata-se, em todas elas, de aproximar o mais possível o leitor da posição imaginária de um espectador, partilhando com ele, *fazendo-o ver* o que as palavras contam:

E tu mortal, que passas, se buscando
 Andas o objecto do clamor que escutas;
 Não prossigas, detém-te, volta os olhos,
 Que verás ainda mais do que procuras.

Dilata a vista pelo mapa informe
 Desses desenhos míseros; consulta
 Maior espanto; observarás mudada
 Em ermo triste a habitação jucunda.”⁷

“Ver ainda mais do que procura[s]” é, aliás, expresso sinal do carácter excessivo do evento, e a isto voltarei mais tarde. Por agora, fixemos a forma de endereçamento directo do Poeta ao passante, convidando-o a uma atitude de contemplação, pela qual ele poderá ver e depois reflectir sobre a mudança: uma habitação transformada em deserto, lugar onde nenhum homem pode sobreviver. Assim, esta dimensão visual passa a constituir elemento fundador das cenas descritas, podendo-o ser quer por demorada descrição de algum episódio quer por rápida enumeração de fugidias situações que se seguem todas umas às outras e representam, pela forma como se sucedem com tanta rapidez, o carácter invasor da experiência do Terramoto e do Maremoto:

Neste horroroso conflito somente o amor próprio dominava. Os Pais deixavam os filhos; estes não se lembravam dos que lhe deram o ser. Os Esposos se esqueciam das Consortes. Não havia amigo para amigo[...]. Buscava a morte a muitos; mas com diverso sucesso. Uns saíam das suas casas, em que não houve ruína de perigo, e ficavam sepultados com as paredes de outras vizinhas. Outros postos de joelhos, e os olhos no Céu, foram mortos pelas pedras dos edifícios. Houve mãe que lhe morreu o filho nos braços ficando ela livre; outra que alcançou uma pedra para a matar sem ofender a criança, que levava ao colo. Foi visto um Religioso do Carmo posto em uma altíssima janela de onde não podia sair para dentro, nem para fora, pedir a absolvição a um Sacerdote, que passava de longe, e esperar com

constância o fogo que o consumiu [...]. Consternados os homens com tanto perigo vagavam como loucos buscando os campos sem descanso algum. Qual com alguma Imagem na mão entoava as preces, que continuavam muitos, que o seguiam, todos com vozes, e passos trémulos. Outros caminhavam mudos, e pasmados.⁸

Os exemplos poderiam naturalmente multiplicar-se, porque se trata, como disse, de um dos elementos de consideração central nas narrativas da catástrofe. Aquilo a que a retórica antiga chamava *pôr diante dos olhos* (*ponere ante oculos*) representa, assim, uma modalidade central na construção do relato da catástrofe, num tempo em que evidentemente não há recurso aos inúmeros instrumentos de visualização instrumental de que agora dispomos (e bastará recordarmos a forma como a catástrofe do maremoto na Ásia, nos últimos dias de 2004, serviu de súbita e excessiva matéria a toda a série de imagens, fotografias, composições, vídeos, filmes, desenhos que saltaram para dentro do nosso quotidiano). Compete pois à narrativa verbal fazer desencadear a *imaginação* do evento, para lá da experiência directa que cada um dele possa ter tido. Por outro lado, da partilha dos casos, que enchem todos os relatos, da *Gazeta de Lisboa* às inúmeras cartas trocadas sobre o assunto, públicas e privadas, passando pelos textos dramáticos, pelos poemas dedicados ao tema ou pelas tentativas épicas, dessa partilha cresce também a possibilidade de pôr em comum uma experiência que, de outra forma, corre o risco de cristalizar numa espécie de *clausura traumática*: ler assim concretamente sobre os outros, tantos outros, “vê-los” através dos relatos pode funcionar, neste contexto, como forma de assegurar que a experiência traumática pode ser ultrapassada pela forma como é posta em comum e partilhada com todos os outros que a viveram e a podem ainda imaginar. Deste ponto de vista, escrever sobre a catástrofe equivale a um gesto de sobrevivência, seja o que for que sobre ela cada um consiga articular.

Mas esta capacidade de visualização desemboca, inevitavelmente, em modos evidentes de um patético facilmente identificável através de formas de teatralização melodramática pelas

quais o leitor (como vimos transformado em espectador imaginário) é convocado a não apenas contemplar à distância o acontecido mas, de modo muito claro, também participar, mesmo se apenas por partilha e empatia emotiva, dos quadros e das cenas que lhe são narradas. Esta qualidade de encenação de um espectáculo terrível, que assim se apresenta ao espectador, faz da cidade de Lisboa, repentinamente, um enorme palco em que todos os espectadores se convertem, também, em actores, de forma mais ou menos directa, de forma mais ou menos imediata. É por isso que tantas das descrições do acontecido sublinham o poder visual e até simbólico da convergência dos quatro elementos primordiais na destruição da cidade, como demoradamente analisa Isabel Maria Barreira de Campos⁹: a terra que treme; o mar que engole a cidade; o fogo que destrói o que restava; o vento ciclónico que transporta a imensa poeira e escurece o ar. Miguel Tibério Pedegache, por exemplo, comenta do seguinte modo o acontecido durante o fenómeno: “A terra, o ar, e a água tinham-se conjurado contra a infeliz Lisboa, e seus aflitos Cidadãos. Faltava só o fogo para completar a nossa ruína”¹⁰. O Terramoto de Lisboa teria então também tocado a imaginação contemporânea por oferecer um quadro particularmente vivo do modo súbito e violento como a Natureza se ergue e se revolta contra o homem, atingindo-o no lugar onde o seu domínio sobre ela pareceria ter sido mais forte: a Cidade. Não teria sido apenas a terra a tremer, mas toda a Natureza que subitamente (e este carácter súbito é ainda elemento fundamental, porque ataca a possibilidade de qualquer previsão de segurança para o homem, que apenas pode edificar habitações precárias) se tinha concertado para, de forma terrível, atacar o homem.

É claro que isto tem ainda outras consequências, nomeadamente as que ecoarão por toda a Europa a partir das reflexões que Voltaire dedica ao Terramoto de Lisboa, quer as incluídas no seu *Candide* quer as mais imediatamente representadas no seu poema “Poème sur le Désastre de Lisbonne”: não viveríamos, pois, no melhor dos mundos, como o filósofo Leibniz tinha proposto. E 1755 representa, deste ponto de vista, o momento em

que espectacularmente se encerra a possibilidade de considerar a dimensão de um progresso tranquilo como o lugar seguro para aquilo a que hoje chamamos modernidade. Para Voltaire, o Terramoto de Lisboa é prova de que “o mal existe”, como ele diz, e também de que existe um problema, de que falarei adiante, com a forma como Deus permite e até incentiva (por omissão) as suas manifestações dentro do mundo histórico dos homens. O carácter cénico das inúmeras descrições do evento e das suas consequências deve então também ser lido como um modo particularmente pungente de descobrir que não só não vivemos no melhor dos mundos possíveis como, pelo contrário, o mundo em que vivemos pode repentina e cegamente virar-se contra aquele que supostamente seria o seu centro: o homem. É por isso que textos como *Teatro Lamentável, Cena Funesta: Relação verdadeira do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755*¹¹ não fazem mais, no fundo, do que expor essa dimensão patética como constituindo um factor iniludível de um teatro que se converteu, agora, num teatro em ruínas.

Confrontemos, aliás, ainda nesta linha, as numerosíssimas gravuras e ilustrações diversas de cenas relativas ao Terramoto: e não será difícil verificar que visualmente o modo preferencial de representação passa pelo estabelecimento evidente de laços visuais com o espectáculo teatral, quer pela forma como a cena é retratada (escolha da perspectiva, enquadramento, direcção do olhar) quer pelo tipo de relações narrativas e descritivas estabelecidas entre as personagens, e entre elas e os elementos naturais que compõem a terrível cena (terra, água, fogo e ar). O patético da cena cabe no exagero dos gestos que são traçados, nos pormenores dos corpos contorcidos, das bocas desmesuradamente abertas em gritos que se não ouvem mas ali são representados, nos olhares desencontrados que rimam com os trajés descompostos, nos movimentos descontrolados: estamos em pleno terreno de melodrama (Peter Brooks recorda, aliás as analogias entre melodrama e pesadelo), lugar por onde, justamente, o equilíbrio da representação teatral do Classicismo francês e europeu tinha construído o seu ponto de fuga. Que tal “teatro” seja “lamentável” e tal “cena” funesta não retira, antes pelo contrário, espessura à capacidade de construir o

Terramoto como encenação de um espectáculo cuja dimensão excessiva se torna, também, o garante do seu efeito persuasivo e de resgate:

As nossas casas tremiam como folhas das árvores, e os nossos corações, como as nossas casas. Imaginai, ó vindouros, o pavor com que o ranger e o rebombar da queda dos edificios, que ruíam em massa, nos abrasava, como um fogo, até à medula dos ossos. Aqui uma caterva de gente contorcia-se sob os escombros, na mais cruenta agonia. Além gritos lancinantes de morte ecoavam através das pedras e da terra, e a ninguém era possível acudir aos desventurados que se debatiam sozinhos. Mais além um desgraçado rasgava as unhas e a carne até aos ossos, a fim de salvar a sua pobre vida de uma sinistra cova – tal, porém, para nada mais lhe valendo senão para se tornar em coveiro de si mesmo, porquanto, com suas mãos, preparava o próprio túmulo.¹²

Não é evidentemente de esquecer, neste contexto, que Lisboa não é uma “cidade qualquer”, mas à data uma das mais ricas e monumentais cidades europeias, juntamente com Paris, Londres e Nápoles. E que o espectáculo da sua destruição, pois, é também a capacidade de *ver* o contraste entre o que era tanto e, tão de repente, deixa de ser. O Núncio data uma carta *Dalla Terra dove Lisabone fu*, em imitação de Virgílio: esse lugar rasurado da face da terra, esse lugar desaparecido que apenas resta como memória do que foi. Porque convém não esquecer que, justamente, uma das hipóteses de reconstrução apresentadas ao Marquês de Pombal por Manuel da Maia foi a hipótese de fazer tábua rasa da localização anterior de Lisboa, para construir uma nova cidade mais a Oeste, no local em que aparentemente as defesas naturais contra a possível repetição do maremoto eram mais fortes. Sabemos que não foi essa a opção do Marquês – é entretanto curioso notar que o arrasamento e o abandono da Lisboa-histórica foram uma opção encarada e debatida à data, indo de encontro ao sentimento de

destruição por todos partilhado. E por isso o contraste entre a suprema glória e a mais miserável miséria é, ainda, outro dos elementos que repetidamente ecoa nas inúmeras descrições feitas do evento: como lembram alguns testemunhos, “uma hora” bastou para transformar o mais no menos, para destruir aquilo que os séculos tinham pesadamente edificado:

Um só momento, um só, porém terrível
 Abre, rompe, destrói, faz em pedaços
 Os doces lares, as sublimes torres,
 Os Templos Santos, e os Palácios altos.
 A rude queda das paredes rotas
 Devora vidas mil por modos vários;
 Pois sendo um só destino, é bem diversa
 A morte que resulta dos acasos.¹³

Aquilo de que o Abade de Jazente está aqui a falar tem uma dupla dimensão: por um lado, trata-se de anotar que “um só momento, um só” instala *a diferença* dentro do universo dos humanos – e que essa diferença, por ser imprevisível, súbita e terrível, transporta consigo um grau de absoluta incerteza sobre o modo como os homens e as suas cidades (isto é, tudo quanto elas simbolizam de edificação) conseguem assegurar formas de continuidade e sobrevivência. Por outro lado, é a própria noção de morte que é aqui alterada para um modo aleatório, arbitrário e também ele ainda mais imprevisível: os “modos vários” por que “mil vidas” são arrebatadas levam a captar a percepção dolorosa de quantas mortes subitamente resultam de um mesmo “acaso”. E *morrer por acaso* comporta uma inevitável dimensão trágica que o Abade de Jazente anota, porque atinge bem fundo a eventual falta de sentido da morte e, por isso, da própria vida. A destruição de Lisboa é pois, neste contexto, algo de mais fundo e terrível do que “apenas” a queda dos edifícios, porque com eles cai qualquer tipo de segurança que pudesse ter sido edificada. E é por isso que, no Abade de Jazente mas também em tantos outros textos, uma das imagens a que repetidamente se recorre é a de um Juízo Final, um Dies Irae que este mal súbito teria de alguma forma anunciado:

Que escuto, e sinto, ó Deus! Não sei que soa
 Por modo nunca ouvido: o Tejo cresce:
 Abalam-se as montanhas; e parece,
 Que o mar com novas ondas nos atroa:

Casas, Palácios, Templos desprova
 Este medonho som, que me esmorece:
 A gente pasma, a terra se estremece:
 O fogo prende; e funde-se Lisboa.

Que será? Quem o sabe?... O entendimento
 Se perturba de horror; e em tanto estrago
 Está vendo um final acabamento.¹⁴

A experiência do Terramoto é, pois, a experiência do *inaudito*: coisas nunca antes ouvidas, experiências que se tornam opacas à compreensão humana (“parece que”...), que só a pergunta retórica “Quem o sabe?” permite endereçar, porque não espera resposta, tal a “perturbação” do entendimento. Fica, pois, a hipótese do “final acabamento”, em aparente pleonasma que assinala apenas a aproximação do Juízo Final, do dia do Apocalipse que em inúmeros relatos e reflexões surge como anunciado pelo Terramoto. E registre-se ainda as notações humanas implicadas por vocábulos como “esmorecer” ou “pasmar”, relacionáveis com aquilo a que em outro lugar¹⁵ designei como a percepção de um modo já *sublime* de apreensão da catástrofe: algo que não encontra grandeza igual fora de si próprio, algo que excede e sobra para lá do registo histórico de que pode haver memória, algo que subitamente dá conta da opacidade dos desígnios de Deus e da violenta cegueira que se pode esperar também da Natureza. Que os homens esmoreçam e pasmem perante o evento apenas atesta que eles se apercebem da sua dimensão por assim dizer extra-humana, irremível ao universo histórico dos eventos “normais” (entre os quais se contam violências várias, embora sempre enquadradas dentro de parâmetros de compreensão apesar de tudo compreensíveis). É precisamente por isso, porque esta catástrofe parece apontar para uma *natureza* diferente, que Kant fala, nos ensaios que dedica ao fenómeno, do modo como a intuição dessa natureza diferente teria aberto caminho

Que escuto, e sinto, ó Deus! Não sei que soa
 Por modo nunca ouvido: o Tejo cresce:
 Abalam-se as montanhas; e parece,
 Que o mar com novas ondas nos atroa:

Casas, Palácios, Templos desprova
 Este medonho som, que me esmorece:
 A gente pasma, a terra se estremece:
 O fogo prende; e funde-se Lisboa.

Que será? Quem o sabe?... O entendimento
 Se perturba de horror; e em tanto estrago
 Está vendo um final acabamento.¹⁴

A experiência do Terramoto é, pois, a experiência do *inaudito*: coisas nunca antes ouvidas, experiências que se tornam opacas à compreensão humana (“parece que”...), que só a pergunta retórica “Quem o sabe?” permite endereçar, porque não espera resposta, tal a “perturbação” do entendimento. Fica, pois, a hipótese do “final acabamento”, em aparente pleonasma que assinala apenas a aproximação do Juízo Final, do dia do Apocalipse que em inúmeros relatos e reflexões surge como anunciado pelo Terramoto. E registre-se ainda as notações humanas implicadas por vocábulos como “esmorecer” ou “pasmar”, relacionáveis com aquilo a que em outro lugar¹⁵ designei como a percepção de um modo já *sublime* de apreensão da catástrofe: algo que não encontra grandeza igual fora de si próprio, algo que excede e sobra para lá do registo histórico de que pode haver memória, algo que subitamente dá conta da opacidade dos desígnios de Deus e da violenta cegueira que se pode esperar também da Natureza. Que os homens esmoreçam e pasmem perante o evento apenas atesta que eles se apercebem da sua dimensão por assim dizer extra-humana, irremível ao universo histórico dos eventos “normais” (entre os quais se contam violências várias, embora sempre enquadradas dentro de parâmetros de compreensão apesar de tudo compreensíveis). É precisamente por isso, porque esta catástrofe parece apontar para uma *natureza* diferente, que Kant fala, nos ensaios que dedica ao fenómeno, do modo como a intuição dessa natureza diferente teria aberto caminho

quase imediato a tentativas, nomeadamente de ordem teológica, de recondução do evento aos sentidos humanos: “A história não regista outro exemplo duma agitação das águas tão grande e tão extensa numa tão larga superfície da Terra”¹⁶. “Como o terror lhes [à maior parte dos homens] rouba a reflexão, julgam que estas grandes desgraças são das tais que se não podem minorar por qualquer precaução e supõem que a dureza do destino só pode ser abrandada por uma submissão cega e entregam-se completamente à misericórdia ou à cólera divina”¹⁷.

O caso do Abade de Jazente constitui, deste ponto de vista, exemplo emblemático, pois nele a intuição do fim do mundo surge como hipótese forte para a compreensão de tanto desnorte: trata-se a seu ver (e ao ver de tantos outros que sobre o Terramoto escreveram, em Portugal e nos estrangeiro) de um sinal inequívoco daquilo que se prepara: uma “ruína universal” que deveria levar a que cada homem se pensasse na sua relação com Deus:

Geme o Centro imortal, o Absimo estala,
O Vento se enfurece, o Ceú se enluta;
Do mais enorme peso a massa bruta
Rompe em soluços, em tremor se abala.

O mar o seu prefixo termo escala;
Na prisão subterrânea o fogo luta,
E horrores vomitando em vada gruta,
Com medonho estridor o Inferno fala.

Tanta desordem, tanto desconcerto
Nos Elementos todos, são indício,
Que a ruína universal vem já mui perto.¹⁸

É que, se as duas quadras do soneto descrevem o modo abismal como tudo parece ter subitamente enlouquecido, saindo do seu curso conhecido, o terceto aponta para o único teor explicativo● que possa reconduzir tais eventos ao domínio da compreensão: o fim do mundo surge, neste contexto, como uma tentativa de explicação, da ordem do que a palavra de Deus anunciara aos homens.

Para Francisco Pina e Melo (“Ao Terramoto...”), é a própria Terra que deixa de ser o “sólido elemento” e como que ostenta o “delírio” de Copérnico, quando afirmava o movimento da Terra em torno do Sol (questão a que voltará no seu *Juízo...*): uma Natureza, pois, que parece infirmar os princípios tidos como divinos, muito embora a seguir se reconheça (2) “que nos portentos / Fala Deus pela voz dos Elementos”. E o próprio facto de, no terramoto (o maior “grito” de Deus, segundo Pina e Melo), o homem achar primeiro a sepultura que a morte (3) confirma a visão do *topos* barroco de um mundo ao revés que vem, aliás, associar-se imediatamente à recordação medievalizante quer da dança macabra, que a todos iguala na sua voragem, quer do *memento mori* que com ela surge tantas vezes referida. E por isso a destruição da cidade deixa, como resto, a memória de um nome a que nenhum referente parece poder corresponder, um nome absoluto e por assim dizer vazio:

[...] O caminhante
 Imóvel, assombrado, ou ignorante,
 Quando nelas por ambas perguntava,
 Nem já Lisboa, ou Santarém achava (5).

A este vazio responde o sujeito com a enumeração “Eu soluço, eu suspiro, eu gemo, eu choro” (7), em reconhecimento de uma *infra-linguagem* que apenas pode exprimir-se pelo *inarticulado*: o Terramoto faz vir à tona uma linguagem outra, que se exprime justamente pela impossibilidade de articular, e que por essa razão contradiz a linguagem comum. E é por isso que o mesmo Pina e Melo, no seu *Juízo...*, reconhece que, embora seja natural querer penetrar as causas da catástrofe, a sua natureza íntima é tal que “cada um só deverá falar, menos com as vozes, que com o coração, e mais com o assombro, que com as palavras”(1)¹⁹: o sublime vai-se conjugando já com o *topos* do inefável, ao mesmo tempo que a linguagem é confrontada com os limites que só ela, afinal, pode dizer. É também nisto que, de um certo ponto de vista, consiste o

fim do mundo: quando deixamos de poder dizer, o Apocalipse não pode deixar de estar perto:

Se quereis saber a causa deste horror, deste assombro, desta calamidade, não olheis para o que dizem, sem alguma evidência, os Matemáticos, e os Filósofos, olhai para o que vos diz o mesmo Deus pela boca do Profeta Isaías: Quando chegar o tempo (adverte o Profeta) em que a Terra se mova do seu lugar, será um tremendo sinal da indignação do Senhor dos exércitos; e de que é chegado o dia da sua ira, e do seu furor. (4)

Não é pois de espantar que os debates teológicos tenham assumido a dimensão e o carácter extraordinários na sequência do Terramoto de 1755: outra coisa, afinal, e estamos 250 anos depois, não está implicada na interrogação que a catástrofe ocorrida na Ásia, a 26 de Dezembro de 2004, lançou por todo o mundo, e de que o jornal *Público* se fez eco, ao publicar no dia 5 de Janeiro um *dossier* intitulado: “Onde estava Deus naquele dia?”, e remetendo as respostas para os diferentes universos religiosos pressupostos por hindus, muçulmanos, cristãos, budistas e judeus. Em meados do século XVIII, e no quadro dos debates teológicos tão frementes à época, a que se somava o clima obscurantista vivido em Portugal e representado pelo peso e pelo poder da Inquisição, esta questão assumirá naturalmente uma extensão muito significativa, reacendendo-se na forma como a coincidência de o Terramoto se ter dado no dia de Todos os Santos (dia católico por excelência, mas justamente não protestante) pode passar a ser lida e interpretada.

As análises com bases teológicas não eram naturalmente novas – e dois séculos antes, comentando o ocorrido aquando do Terramoto de 26 de Janeiro de 1531 (fenómeno aliás de características e violência muito semelhantes ao de 1755), Gil Vicente já se lhe referira, verberando os pregadores que tinham usado o pânico da população para aumentar o terror e lhe anunciar o fim dos tempos:

Os frades de cá não me contentaram, nem em púlpito, nem em prática, sobre esta tormenta da terra que ora passou, porque não abastava o espanto da gente, mas ainda eles lhe afirmavam duas cousas, que os mais fazia esmorecer. A primeira que polos grandes pecados que em Portugal se faziam a ira de Deus fizera aquilo e não que fosse curso natural, nomeando logo os pecados por que fora em que pareceu que estava neles mais soma de ignorância que de graça do espírito Santo. O segundo espantinho que à gente puseram foi que quando aquele terremoto partiu ficava já outro de caminho senão quanto era maior e que seria com eles à quinta-feira uma hora depois de meio dia. Creu o povo nisto de feição que logo o saíram a receber por esses olivais, e inda o lá esperam.²⁰

É a esta situação que ele reage, falando em público contra tais interpretações e desenvolvendo duas contra-teses: a de que o acontecido não pode ser imputável à ira de Deus; a de que pecam por superstição os que pensam que podem anunciar o que está por vir:

Concruo que não foi este nosso espantoso tremor *ira Dei*; mas ainda quero que me queimem se não fizer certo que tão evidente foi e manifesta a piedade do Senhor Deus neste caso como a fúria dos elementos e dano dos edifícios. [...] Concruo virtuosos padres sob vossa emenda que não é de prudência dizerem-se tais cousas publicamente nem menos serviço de Deus porque pregar não há-de ser praguejar.²¹

Os problemas de interpretação apropriativa e manipulação ideológica a que o século XVIII assiste, na sequência do Terramoto, não são pois diferentes daqueles a que Gil Vicente, dois séculos antes, tinha reagido. Mas talvez tenha faltado, à reacção setecentista, o desassombro de um Gil Vicente, que ainda pôde, no século XVI, chamar “espantinho” àquilo que os pregadores faziam e considerá-

los ignorantes, e que desafiadoramente avançava a hipótese de ser queimado, sem que ela o afastasse da intervenção pública que entendeu fazer, e cujos efeitos tranquilizadores (sobretudo sobre os cristãos-novos) também descreve.

Os dois grandes campos que se confrontam, neste domínio, são naturalmente os de católicos e protestantes – embora na verdade as suas posições sejam redutíveis a um idêntico tipo de explicação, a do castigo divino. O que difere é, naturalmente, o que é considerado como razão justificativa do castigo. Para os católicos trata-se dos inúmeros desvios à lei de Deus e às instituições religiosas que representariam a Sua vontade entre os homens, com particular destaque para o que seria a inexplicável “brandura” do Santo Ofício: seria preciso os homens castigarem-se a si mesmos, mais e melhor do que até aí. Para os protestantes, pelo contrário, o motivo para o castigo consistiria na superstição e na idolatria católicas, que Deus teria querido assinalar como tal, manifestando a sua ira e legitimando, *a contrario sensu*, as convicções protestantes.

Este debate é europeu, naturalmente, e atinge ecos talvez de outra forma inimagináveis. Mas, entre os vários actores que nele participam, destacarei a posição de dois portugueses que ocupam posições polares em contenda, e que irónica mas também simbolicamente viriam a ser alvo de semelhante condenação (embora não de idêntico desfecho): o Padre Gabriel Malagrida e o Cavaleiro de Oliveira. O primeiro virá a ser queimado em auto-da-fé, alguns anos mais tarde, no fundo por razões políticas: as suas posições extremas e de teor fundamentalista, em defesa de uma maior musculação do Santo Ofício, eram incompatíveis com os desígnios esclarecidos que o Marquês de Pombal, enquanto déspota iluminado, defendia. A sua eliminação tornou-se, em dado momento, necessária à abertura de um caminho diferente, conducente à modernidade. Do outro lado, encontramos o Cavaleiro de Oliveira, com um percurso de vida bem digno de um estrangeirado (grande parte da sua vida viveu-a em cortes da Europa como a austríaca ou a inglesa), e que se tinha convertido alguns anos antes ao luteranismo e assim abandonado qualquer veleidade de se compatibilizar com o *statu quo* nacional, de “apagada e vil tristeza”.

A obra do Cavaleiro de Oliveira (que foi também queimado, embora só em efígie, no mesmo auto-da-fé que eliminou Malagrida), *Discurso Patético sobre as Calamidades presentes sucedias em Portugal*²², surge em francês e é publicada em Londres em 1756, tendo logo circulado clandestinamente em Portugal, apesar da proibição imediata do Santo Ofício. O Cavaleiro de Oliveira funda a sua reflexão no reconhecimento de que as catástrofes (que presente já como à escala mundial) têm na sua origem a ira divina, e que é por isso o “Deus Forte, Deus das Vinganças” (7) Aquele que assim exprime, por esses cataclismos, a sua cólera. Mas o Cavaleiro de Oliveira tem como objectivo dirigir-se particularmente aos Portugueses, aos “súbditos de Sua Majestade Fidelíssima José I, rei de Portugal”, e assim distinguir, dentro do convite geral ao arrependimento, alguns dos que, a seu ver, mais se destacam na senda da superstição e do pecado. As suas propostas, cuja fundamentação religiosa (pronunciada por alguém que abjurou da fé católica) é a sua pedra-de-toque, giram sobretudo em torno da erradicação de algumas das raízes do mal em Portugal: a idolatria (21-3), a Inquisição (27) e a expulsão dos judeus (45) surgem-lhe como a raiz de um mal que escolhe, por isso mesmo, e em plena “consciência”, manifestar-se em dia sagrado. A coincidência entre o dia santo e a catástrofe perturba-o (como perturba muitos outros): porque Deus é a raiz do sentido para o que de outra forma surgiria como brutal acaso, não lhe resta senão aceitar que há sentidos que através do mal fazem operar um bem potencial. É aqui que pode, justamente, entrar o arrependimento, pelo qual o mal passaria a poder ser integrado, mesmo se irónica e paradoxalmente, no sistema do bem. De outra forma, o mal torna-se impensável, porque absurdo e fechado ao sentido humano, sublinhando a impotência da compreensão e o completo obscurecimento do mundo:

Alteza: Não é pois possível duvidar mais de que o duplo crime de haver suprimido a Palavra de Deus, e de haver exercido uma tão longa, e tão horrível perseguição contra tantos inocentes, não seja uma das principais causas das calamidades que acabam de tombar sobre os culpados habitantes de Lisboa. O mal é premente [...].²³

Assim, o Cavaleiro de Oliveira faz-se eco dos muitos que lá fora, por toda a Europa, interpretavam o Terramoto como a manifestação da condenação divina pelos vícios católicos, ou pelos pecados acumulados na cidade de Lisboa, rica, cosmopolita, mas por isso mesmo corrupta. E, no fundo, a interpretação não difere muito da que o lado católico vai oferecer, visto que este partilha também da visão de que teria sido a corrupção de Lisboa, entre todas, a razão por que Deus teria escolhido esta cidade para manifestar a sua cólera. Pina e Melo, no seu *Juíço...*, di-lo expressamente, e esta será ainda a posição defendida à saciedade pelo Padre Malagrida: o vício e o pecado, provenientes do progressivo afastamento da lei católica, não podiam deixar de encontrar um castigo exemplar, que o Terramoto configuraria como exemplo para todos os tempos:

Nem digam os que politicamente afirmam, que procedem de causas naturais, que este Orador sagrado abrasado no zelo do amor Divino faz só uma invectiva contra o pecado, como origem de todas as calamidades, que padecem os homens, e que se não deve comprovar com estes espíritos ardentes, que só pretendem aterrar os mesmos homens, e aumentar a sua aflição com ameaças da ira Divina desembainhada; porque é certo, se me não fosse censurado dizer o que sinto destes políticos, chamar-lhe Ateus.²⁴

De um modo ou de outro, pois, Deus era convocado como origem, testemunha ou razão para o inexplicável, em prefiguração do carácter humanamente absurdo (isto é, interpretativamente obscuro, até ao fim) de várias experiências do mal com que a modernidade se confronta, como bem viu Susan Neiman²⁵, que neste ponto aproxima o Terramoto da experiência de Auschwitz. As razões que opõem Malagrida aos “Ateus”, Voltaire e Pombal incluídos (e que resultarão na sua condenação à morte, como vimos), esclarecem assim dois mundos cuja compaginação se torna insustentável em situação de catástrofe: de um lado, a crença absoluta

num mal cuja natureza transcendente apenas pode levar, por reacção, à reconfirmação do divino como única sede e razão do humano; do outro, a necessidade racionalizante de, ao reduzir não as proporções mas as razões da catástrofe, a redimensionar à escala do humano, afirmando a possibilidade e sobretudo a viabilidade de viver *para lá e apesar da* catástrofe: de algum modo, com ela (e contra ela).

Do conjunto de posições e textos aqui abordados, sobressaem alguns elementos comuns que fui progressivamente sublinhando. Gostaria, antes de terminar, de voltar a um deles, a dimensão *excessiva* do evento – porque ela me parece ser o elemento que subjaz a todas as reflexões a que deu origem. Porque há catástrofes com origem ou pelo menos algum grau de participação humana, como reconhecem vários textos (guerras, doenças, epidemias, agressões), a catástrofe de 1755 sobressai como estando *para lá* deste conjunto apesar de tudo compreensível de fenómenos. E é precisamente para essa dimensão de *excesso* que os testemunhos e as reacções literárias apontam, quando convergem para a notação teatral e cénica do acontecido, quando pretendem configurar descrições e narrações em que o rasgamento do mundo se dê a ver, possa ser lido. Ser testemunha ocular é então compreender que *ver demais* conduz a procurar como resposta (a única possível?) o *falar apesar de as palavras não chegarem*, apesar de o discurso ficar *aquém* do horror. Deste ponto de vista, falar (e por isso escrever) é um dos modos privilegiados de dar forma à experiência traumática, transportando o evento do território da experiência para o território da linguagem, constituindo aquilo a que chamamos *memória cultural*. Os textos que hoje podemos ler sobre o Terramoto de 1755 e a pluralidade de fenómenos que lhe estão associados dão conta muito especialmente dessa consciência de que se trata de configurar um evento para que os que dele depois vierem possam conhecê-lo. Nós somos alguns desses, que vieram depois: Hélia Correia, com a sua *Lílias Fraser* (2001), a criança do olhar dourado que sobrevive a uma batalha na Escócia para vir ser testemunha, em Lisboa, do Terramoto. Ou mesmo José Saramago, se pensarmos: a “catástrofe natural” (mesmo sem grandes consequências humanas) que põe a

Península Ibérica a flutuar pelo Oceano, em *A Jangada de Pedra* (1986), não será ainda devedora do mesmo imaginário de uma terra movendo-se, com epicentro ibérico? De um Atlântico de algum modo engolindo uma Ibéria cujas ligações terrestres se mostram subitamente tão frágeis? Não foi a experiência dessa mesma fragilidade o centro das reacções ao Terramoto?

Referências bibliográficas

- Camões. Revista de Letras e Culturas Lusófonas – Marquês de Pombal, nº 15-16, Janeiro-Junho 2004.
- Helena Carvalhão Buescu e Gonçalo Cordeiro (eds.), *O Terramoto de Lisboa. Ficar Diferente*, Lisboa, Editorial Gradiva, 2005.
- Isabel Maria Barreira de Campos, *O Grande Terramoto de Lisboa (1755)*, Lisboa, Parceria, 1998.
- João Duarte Fonseca, *O Terramoto de Lisboa. The Lisbon Earthquake*, Lisboa, Argumentum, 2004.
- Kenneth Maxwell, *O Marquês de Pombal*, Lisboa, Editorial Presença, 2001 (tradução de Pombal: a Paradox of the Enlightenment, Cambridge UP, 1995).
- Susan Neiman, *Evil in Modern Thought. An Alternative History of Philosophy*, Princeton UP, 2002.

Notas

¹ Joaquim José Moreira de Mendonça, *História Universal dos Terremotos que tem Havido no Mundo, de que há notícia, desde a sua criação até o século presente*, Lisboa, Oficina de António Vicente da Silva, 1756, 113/4.

² Goethe, *Dichtung und Wahrheit*, I Parte, Livro I, cit. por Isabel Maria Barreira de Campos, *O Grande Terramoto (1755)*, Lisboa, Parceria, 1998, 525.

³ *Gazeta de Lisboa*, nº 45. Quinta-feira 6 de Novembro de 1755, 360, cit. Por Isabel Maria Barreira de Campos, op. cit., 44/5.

⁴ *Gazeta de Lisboa*, nº 18, Quinta-Feira, 6 de Maio de 1756, 143.

⁵ Domingos dos Reis Quita, “No lamentável Terramoto do primeiro de Novembro de 1755, em Lisboa”, *Obras Completas*, vol. 1, ed. de Ana Cristina Fontes, Porto, Campo das Letras, 1999.

⁶ Para um desenvolvimento deste aspecto, remeto para a notável obra de Peter Brooks, *The Melodramatic Imagination*, Yale UP, 1995.

⁷ João Xavier de Maros, *Romance Heróico Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manuel Soares, 1756.

⁸ Moreira de Mendonça, *op.cit.*, 116/7.

⁹ Cf. *Op. cit.*, especialmente “Os Quatro Elementos. A ‘Vast Chain of Being’”.

¹⁰ Miguel Tibério Pedegache, *Nova e Fiel Relação do Terremoto, que experimentou Lisboa, e todo Portugal no 1º de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manuel Soares, 1756, 4/5.

¹¹ D.J.F.M. em A., *Teatro Lamentável, Cena Funesta: Relação verdadeira do Terremoto do primeiro de Novembro de 1755*, Coimbra, Oficina de Francisco de Oliveira, 1756.

¹² J. R. A Piderit, *Freye Betrachtung über das neuliche Erdbeben zu Lisabon*, Marburg, 1756, 150-2, cit. por Isabel Maria Barreira de Campos, *op. cit.*, 181.

¹³ Paulino António Cabral Abade de Jazente, “Ao Terremoto do Primeiro de Novembro de 1755. Romance Fúnebre!”, *Poesias*, edição de Miguel Tamen, Lisboa, Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 1985, 428.

¹⁴ *Idem*, *ibidem*, 65.

¹⁵ Cf. Referências bibliográficas.

¹⁶ *Ensaios de Kant a propósito do Terramoto de 1755*, trad. Luís Silveira, Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1955, 23.

¹⁷ *Ibidem*, 4.

¹⁸ *Op. cit.*, 66.

¹⁹ Francisco Pina e Melo, *Ao Terramoto do Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manuel Soares, 1756; *idem*, *Juízo sobre o Terremoto*, Coimbra, Oficina de António Simões Ferreira, 1756.

²⁰ Gil Vicente, “Tormenta”, “Carta que Gil Vicente mandou de Santarém a El-Rei Dom João, o Terceiro de nome, estando Sua Alteza em Palmela, sobre o tremor de terra, que foi a vinte e seis de Janeiro de 1531”, *Todas as Obras*, CD-Rom, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

²¹ *Idem*, *ibidem*.

²² Francisco Xavier de Oliveira, Cavaleiro de, *Discurso Patético sobre as Calamidades presentes sucedias em Portugal. Seguimento do Discurso Patético, ou Resposta às Objecções e aos Murmúrios que esse escrito sobre si atraiu em Lisboa (1755) (1756)*, Lisboa, ed. Frenesi, 2004.

²³ *Ibidem*, 56.

²⁴ Gabriel Malagrida, *Juízo da Verdadeira Causa do Terramoto que Padeceu a Corte de Lisboa, no Primeiro de Novembro de 1755*, Lisboa, Oficina de Manuel Soares, 1756, 7.

²⁵ Cf. a magnífica proposta contida no seu livro *Evil in Modern Thought. Na Alternative History of Philosophy*, Princeton UP, 2002.

Resumo

Este ensaio argumenta que a experiência do Terramoto de Lisboa de 1755 configura um evento legível no quadro de uma memória cultural, como um evento de natureza traumática, em que “ver demais” surge como imediatamente relacionável com “falar a menos”. Neste contexto, ser “testemunha ocular” do Terramoto oferece um quadro privilegiado para captar algumas das zonas de sentido da catástrofe: o seu carácter extra-ordinário, a necessidade de uma palavra sobrevivente, a visualidade dos relatos e a potenciação do efeito melodramático.

Palavras-chave: testemunha ocular; visualidade; efeito melodramático; narrativa de catástrofe; *pathos*

Abstract

This paper takes the experience of the Lisbon Earthquake of 1755 as an event understandable within the key-concepts of a cultural memory: a traumatic event, in which “seeing too much” is directly related to “speaking too less”. In this context, to be an “eyewitness” of the Earthquake offers a privileged setting in which to recapture some of the most interesting characteristics of the reading of this catastrophe: its sense of the out-of-the-ordinary, the necessity of a surviving account, the visibility of the narratives and the strengthening of the melodramatic effect.

Key-words: eyewitness; visibility; melodramatic effect; narrative of the catastrophe; *pathos*